

Educação receberá 5,6 trilhões até 1995

BRASILIA — O Presidente Collor lançou ontem, no Palácio do Planalto, um ambicioso plano educacional, com o objetivo de modificar, nos próximos cinco anos, o quadro de crise na educação pública, da pré-escola à universidade. O plano — batizado com o nome de Programa Setorial de Ação do Governo Collor na Área de Educação — vai receber até 1995, segundo previsão do Ministério da Educação, investimentos de Cr\$ 5,59 trilhões. A meta é de que até o final deste Governo os gastos com educação passem dos atuais 3,5% para 6% do Produto Interno Bruto (PIB). O programa foi lançado antes da reunião setorial de ontem.

Estruturado a partir de 12 objetivos prioritários — entre os quais, expansão da educação pré-escolar, a melhoria da qualidade de educação, revisão de currículos e a redução do índice de analfabetismo —, o programa deverá começar a ser executado no ano que vem. O Ministério da Educação deverá ampliar o ano letivo de 180 para 200 dias e de quatro para seis horas o turno diário das escolas públicas. Isso extinguiria o "turno da fome", das 11 às 14 horas, criado para distribuir merenda e no qual estão matriculadas entre 4,5 e 6 milhões de crianças.

Outras prioridades: ênfase à educação especial, à expansão e melhoria do ensino técnico, à criação de escolas ecológicas de ensino fundamental e médio em Porto Seguro (BA), no Pantanal e na Floresta Amazônica, ao treinamento e atuali-

zação de professores, à autonomia da universidade, ao apoio a atividades de assistência ao estudante universitário, ao programa de estudos e pesquisas de avaliação da situação educacional brasileira e à política nacional de alocação de recursos para o ensino fundamental.

Esses programas, segundo o Ministro Carlos Chiarelli, receberão em 91 investimentos de US\$ 1,2 bilhão (cerca de Cr\$ 200,1 bilhões, no câmbio comercial). No total, o Governo vai destinar a programas educacionais no ano que vem cerca de US\$ 6 bilhões (cerca de Cr\$ 1 trilhão, no câmbio comercial), elevando os gastos com educação para 4,1% do PIB, número ainda bastante inferior aos de outros países da América Latina, como Venezuela (que gasta 6,3% do PIB com educação) e Uruguai (5,4%).

Os recursos para o programa em 91 virão do Orçamento da União e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que arrecada o salário-educação. A novidade, segundo Chiarelli, é que os recursos do FNDE somente serão repassados aos Municípios se, além de terem prestação de contas aprovadas e aplicarem no mínimo 25% das suas receitas em educação, atendam a três requisitos básicos: garantia de piso salarial mínimo e carreira do magistério para os professores da rede pública; alocação de recursos para programas de educação pré-escolar; e desenvolvimento de programas na área de educação especial.

Telefoto de Ricardo Stuckert



Na solenidade de lançamento do Programa Setorial de Educação, Presidente cumprimenta o Ministro Chiarelli